

Nova equipe enterra promessas de Dilma

Para recuperar a credibilidade e garantir superavit nas contas públicas — que será de 1,2% do PIB em 2015 — futuros ministros contrariam discurso de campanha da presidente. Ajuste deverá ter corte de gastos, alta de juros e de impostos e fim dos estímulos ao consumo

» ANTONIO TEMÓTEO
» BÁRBARA NASCIMENTO
» ROSANA HESSEL
» SIMONE KAFRUNI

N uma cerimônia que durou menos de 20 minutos, os três principais nomes da nova equipe econômica foram anunciados ontem sem qualquer surpresa. Joaquim Levy, no Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, no Planejamento, e Alexandre Tombini, reconduzido ao Banco Central, fizeram pronunciamentos breves e, rapidamente, desconstruíram o discurso de campanha da presidente Dilma Rousseff, que, talvez por isso, tenha optado por não participar do anúncio oficial. O roteiro foi exatamente o esperado pelo mercado financeiro. Portanto, quem pode se surpreender são as famílias brasileiras. A promessa é de um arrocho de mais de R\$ 50 bilhões, com um profundo corte de gastos, no qual nem programas sociais serão poupados, e aumento de juros e de impostos.

A posse dos novos integrantes do governo está condicionada à aprovação das mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que só deve ocorrer na terça-feira que vem. No entanto, o novo time começa hoje a despachar no terceiro andar do Palácio do Planalto, e o Brasil passa a ter duas equipes econômicas: a que vai, efetivamente, mandar a partir de agora e outra, que só vai assinar os atos até o fim do ano, um fato nunca visto na história do país. Os futuros protagonistas defenderam uma postura de maior rigor, transparência fiscal e controle da inflação e, com o claro objetivo de resgatar a confiança de investidores e de empresários, colocaram fora a política econômica do primeiro mandato de Dilma.

Com uma postura altamente técnica, sem cumprimentar os colegas de mesa como rege o protocolo político, Levy iniciou seu discurso afirmando que, “mais do que uma honra, é um privilégio” suceder Guido Mantega, o mais longo ministro da Fazenda no período democrático. Contudo, deixou claro que não pretende rezar pela mesma cartilha do antecessor. “O objetivo imediato do Ministério da Fazenda é estabelecer uma meta de superavit primário para os três próximos anos compatível com a estabilização e o declínio da dívida bruta do governo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)”, disse.

Levy afirmou que o governo precisa economizar, pelo menos, 2% do PIB para pagar os juros da dívida. Mas admitiu que isso não será possível ainda em 2015. “Não devemos chegar aos 2% no ano que vem. Portanto, vamos trabalhar com uma meta de 1,2% do PIB em 2015. Mas ela não será menor do que 2% em 2016 e 2017”, assinalou. Ele deixou claro ainda que será preciso interromper a transferência de recursos do Tesouro para os bancos oficiais, outro pilar da atual política. “O Ministério da Fazenda reafirma o compromisso com a transparência de suas ações”, prometeu.

Levy observou ainda que a ta-

Carlos Moura/CB/D.A Press



Alexandre Tombini, Joaquim Levy e Nelson Barbosa: ainda antes da posse, triunvirato que vai comandar a economia passa, a partir de hoje, a despachar no Palácio do Planalto

xa de poupança é baixa e sugeriu que é chegada a hora de todos os brasileiros economizarem mais, dinamitando a matriz econômica de Mantega, que dirigiu o foco ao consumo e ao expansionismo fiscal. “Nossa prioridade tem que ser o aumento da taxa de poupança. Para isso, o governo federal dará o exemplo, aumentando o superavit primário e contribuindo para que os outros entes da federação, as empresas e as famílias sigam o mesmo caminho, fortalecendo nossa capacidade de investir e crescer.”

Segundo a se pronunciar, Nelson Barbosa foi bastante político, cumprimentou a todos e reforçou o quadro de arrocho desenhado por Levy. “Trabalharei para modernizar a gestão e reduzir o gasto público”, afirmou. Ele alertou, contudo, que a nova equipe é de transição de um governo reeleito. “Portanto, não haverá pacotes nem surpresas”, explicou.

Dois senhores

Mantido na presidência do BC, Tombini foi o último a discursar e assegurou que, com a ajuda de uma política fiscal mais conservadora, será mais fácil reconduzir a inflação para o centro da meta, de 4,5%. De qualquer modo, o peso vai recair no bolso dos brasileiros, já que, para isso, o BC terá que aumentar ainda mais os juros. A taxa básica, que passou de 11% para 11,25% ao ano em outubro, deve saltar para 11,75% na próxima quarta-feira, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne pela última vez neste ano.

Um assessor do Planalto garantiu que Levy e Barbosa devem mudar os principais secretários e

>> O que está por vir

Nova equipe econômica joga fora política adotada no primeiro mandato de Dilma

Tesoura afiada

✓ O governo vai cortar gastos. A tesoura deve atingir, principalmente, os investimentos, sobre os quais o Planalto tem maior margem de manobra. Mas nem programas sociais serão poupados: seguro-desemprego, abono salarial e pensão por morte já estão na mira. Há quem diga que o arrocho pode passar de R\$ 50 bilhões.

Peso no bolso

✓ O Banco Central vai aumentar ainda mais os juros. A taxa básica (Selic), que passou de 11% para 11,25% ao ano em outubro, deve saltar para 11,75% na próxima quarta-feira. A autoridade monetária deixou claro que não está conformada com a inflação insistentemente no teto da meta, de 6,5%.

Meta real

✓ A meta de superavit primário — economia para o pagamento dos juros — será reduzida de 2,5% para 1,2% em 2015, diante da dificuldade do governo de fazer o ajuste. O estrago nas contas públicas nos últimos anos foi tão grande que será preciso um arrocho gradual. A partir de 2016, a meta será de 2% ao ano para reduzir a dívida.

Dólar

✓ O BC continuará com as intervenções diárias no mercado de câmbio, por meio dos contratos de swap. O governo teme que, com o provável aumento das taxas de juros nos Estados Unidos em 2015, os preços do dólar disparem, pressionando a inflação.

assessores para dar uma nova cara aos ministérios. “A Fazenda deixará de ter dois senhores (numa alusão a Mantega e Arno Augustin, secretário do Tesouro) para ter um único chefe”, afirmou. No Planejamento, onde as coisas demoravam a acontecer porque tudo passava pela titular Miriam Belchior, o novo ministro tenderá a descentralizar os processos para que a pasta deixe de cuidar apenas do orçamento. “Eles terão liberdade para escolher as equipes”, acrescentou. Para o economista-chefe da

Gradual Investimentos, André Perfeito, a equipe fará o ajuste necessário, sem, contudo, levar o arrocho além da conta. “A ideia foi montar um grupo mais conservador para que os juros de longo prazo caiam e o governo possa retomar os investimentos”, analisou. Sérgio Vale, da MB Associados, não viu profundidade nos discursos. “Vamos ver se o ministro da Fazenda fará tudo de forma independente. Tenho dificuldade de acreditar que Dilma vai aceitar um superavit duro como esse sem reclamar”, disse.